

A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O CANGAÇO E A QUESTÃO DA “VERDADE” HISTÓRICA

WESCLEY RODRIGUES DUTRA
FAFIC
wescley.dutra@bol.com.br

RESUMO

A produção bibliográfica sobre o cangaço teve início com maior profusão na década de 1920. Direcionamos a nossa abordagem para a produção sobre o cangaço da década de 1920 a 1980, pois pretendemos compreender como esse movimento foi sendo apresentado/representado ao longo das décadas. Nessa perspectiva também é fundamental uma reflexão sobre a concepção de “verdade”, pois os autores que produziram essas obras mantiveram a postura de que elas continham a “verdade histórica” sobre o movimento do cangaço e os cangaceiros. Especificamente esse recorte contemplará a figura do cangaceiro Lampião. Para o alcance do objetivo lapidado usamos os métodos analítico e bibliográfico.

Palavras-chave: Cangaço; Lampião; Historiografia; Verdade histórica.

INTRODUÇÃO

A produção bibliográfica sobre o cangaço iniciou com maior profusão na década de 1920, fator interessante, pois o movimento estava no auge do seu desenvolvimento no sertão nordestino, quando o cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, juntamente com os demais integrantes do seu bando, iniciava a sua liderança que duraria até 1938.

No presente trabalho, com um olhar mais abrangente, optamos por direcionar a nossa abordagem galgada na produção sobre o cangaço da década de 1920 até 1980. Um recorte longo, mas como pretendemos compreender as mudanças de interpretação sobre o cangaço e o cangaceiro, não teríamos como analisar as rupturas e continuidades se não fizessemos esse recorte macro.

Especificamente esse período contemplará a figura do cangaceiro Lampião, o que se justifica porque em torno da figura desse líder cangaceiro encontraremos praticamente 90% da produção bibliográfica sobre o cangaço, os demais cangaceiros e cangaceiras aparecendo como pano de fundo para os feitos do líder cangaceiro.

O recorte temporal seguirá o período de construção da figura do cangaceiro no formato que hoje é apresentado, sendo Lampião o “protótipo” do autêntico cangaceiro. De certa maneira, tal ideia tem como argumento justificador o fato dele ter sido o líder cangaceiro que por mais tempo esteve no cangaço, de meados de 1917 até 1938, ano em

que fora morto na Grotta do Angico, em Sergipe. Como a produção escriturária sobre esse personagem apresenta-se mais volumosa, isso possibilita ao pesquisador fazer uma síntese dos vários lugares sociais que gestaram uma escrita sobre Lampião e os cangaceiros e como esses escritos, a partir de interesses dispares, produziram um tipo de cangaceiro e representações.

Como questão que norteará a discussão, indagamos como a produção bibliográfica apresentou o movimento do cangaço ao longo dos anos de 1920 a 1980? Nessa perspectiva também é fundamental um questionamento e reflexão sobre a concepção de “verdade”, pois os autores que produziram essas obras sempre mantiveram uma postura cética de que elas continham a “verdade histórica” sobre o movimento do cangaço e os cangaceiros.

Salientamos ainda que ao falarmos em obras historiográficas não estamos nos reduzindo ao entendimento corrente que só quem produz historiografia são os historiadores de ofício, ou aqueles que estão vinculados a uma Instituição financiadora oficial ou a uma Universidade. A história, antes de ser um produto/objeto da academia, é filha do seu tempo, sendo que muitos escritos sobre o cangaço foram elaborados em um momento no qual nem mesmo a Universidade tinha se enraizado em solo brasileiro, o que nos leva a não entendermos a produção dos memorialistas, folcloristas e escritores/historiadores diletantes, como obras de qualidade inferior ou produções a-historiográficas.

Já em 1942, Lucien Febvre (2009), como dito há pouco, deixava claro que “a História é filha de seu tempo”, sendo que cada época tem a sua Grécia, sua Idade Média, seu Renascimento e o seu cangaço. “[...] a historiografia é um produto cultural que, como qualquer outro, resulta de um complexo conjunto de condições materiais e psicológicas do ambiente individual e coletivo que a vê nascer” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 14), Cada produção historiográfica é fruto de um contexto histórico e lugares sociais específicos.

A ESCRITA DA HISTÓRIA DO CANGAÇO E A QUESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DA “VERDADE HISTÓRICA”

Todo trabalho historiográfico é uma reconstrução, uma reconstrução bem delimitada e limitada a partir dos documentos fragmentados que foram legados pelo passado. Embora o fazer historiográfico tenha como fundamento a responsabilidade

com a verdade dos acontecimentos e a “verdade” apresentada pela documentação, essa verdade é o norte, a estrela guia, o objetivo; um objetivo que na sua inteireza não será alcançado, pois a verdade dos fatos históricos está enterrada com o próprio acontecimento histórico, soterrada pelo tempo. O que nos chega é uma breve centelha dessa verdade, sendo a escrita da história e o fazer historiográfico constituído por verdades.

Não cabe a nenhum pesquisador e historiador a prerrogativa de se colocar como guardião ou descobridor de uma verdade histórica, pois os documentos históricos não guardam no seu todo a “verdade” do passado. Não se pode confundir o registro histórico e a licença/interpretação/narrativa em torno dos acontecimentos com a verdade, concluindo que os documentos trazem no seu bojo toda a verdade.

Evidentemente que não estamos negando em nenhum momento a importância dos documentos como alicerces do fazer historiográfico, pois todo documento “é a base para o julgamento histórico” (KARNAL; TASCH, 2009, p. 09), o sustentáculo de uma narrativa, as peças do quebra cabeça que será reestruturado e montado pelo pesquisador e historiador a partir dos questionamentos e problemas gestados no presente e que levam o olhar para o passado buscando respostas.

Toda pesquisa histórica é produto de um meio, de um “lugar social”, de interesses que alimentam no pesquisador o desejo de sanar as suas inquietações, levando-o aos documentos em busca de respostas. Deixa-nos claro o historiador Michel de Certeau (2008, p. 65, grifo do autor): “Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a *particularidade* do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. Esta marca é indelével.” Ainda nessa perspectiva completa o autor, “meu patoá representa minha relação com um lugar”, pois da mesma maneira que produz uma narrativa histórica, o historiador também é produzido por um lugar social, é fruto de condicionantes que influenciam a sua formação e a própria construção historiográfica.

A historiografia por meio dos seus escritos “fixa” verdades que servem à explicação dos acontecimentos, mas deve-se reconhecer as limitações dessa explicação e as lacunas das suas “verdades”, principalmente as lacunas deixadas pelos documentos.

Ao selecionarmos um documento para analisarmos o passado, tentando responder as nossas inquietações de pesquisa, objetivamente já estamos estabelecendo um recorte, uma preferência, uma intencionalidade, como também estabelecemos qual a

memória que deve ser preservada e que tomará forma por meio da nossa narrativa e escrita. Como isso deve-se levar em conta que os documentos são produzidos e que o pesquisador e historiador ao escolher determinado documento ele acaba por delimitar a sua importância para o seu fazer historiográfico, não estando tal escolha sendo imparcial.

O documento, como produto do passado e objeto de trabalho do pesquisador e historiador, deixa margem para múltiplas interpretações e releituras dependendo da problemática de pesquisa, sendo que todo documento abriga a possibilidade de infinitas releituras. “[...] o documento não é um documento em si, mas o diálogo entre o presente e o documento” (KARNAL; TASCH, 2009, p. 12), tal diálogo estando perpassado pelos nossos desejos e indagações sobre um objeto de estudo, pois “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2008, p. 66).

Salientamos dois pontos com essa discussão: em um primeiro momento é relevante atentarmos que cada período de produção historiográfica apresentará um tipo específico de canção e de Lampião, baseando-se em documentações históricas as mais variadas. “Fato e documento histórico demonstram nossa visão atual do passado, num *diálogo* entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas” (KARNAL; TASCH, 2009, p. 13, grifo dos autores).

O segundo ponto que devemos salientar, e que justifica a discussão que fizemos até agora sobre o fazer historiográfico, o lugar social e a produção/seleção dos documentos históricos, é o que diz respeito ao imperativo categórico presente na maioria das produções bibliográficas sobre o canção que apresentam suas narrativas e fontes como verdades absolutas. Os escritores se apoderam do discurso de que os seus escritos e conseqüentemente as suas fontes de pesquisa são inquestionáveis e condensam toda a verdade sobre o fenômeno do canção. No entanto, tal concepção e visão de pesquisa com endeusamento e petrificação/santificação das fontes, fazem com que esses pesquisadores não cruzem dados e informações e questionem a validade das suas informações.

O primeiro momento da escrita sobre o canção, que estará dividida por fases, acaba reproduzindo toda a visão de história do século XIX e a tradição positivista com o seu caráter de “cientificismo” da História e a ideia de uma “história objetiva” que não levava em consideração a relação com um lugar social produtor tanto de documentação como do próprio historiador e pesquisador.

A concepção de “verdade” enraíza-se em todos esses escritos, pois a ideia de “história objetiva” aliava-se perfeitamente com a concepção de “verdade”. Temos que levar em conta que os autores que estão falando do cangaço nas décadas de 1930 a 1960 acabaram sendo herdeiros de um ensino de história e um fazer historiográfico que por muito tempo foi comum no Brasil, história essa que valorizava os grandes feitos e personagens e crivava a narrativa dos livros com o dogma da “verdade”.

Ao elaborarem os seus escritos sobre o cangaço e especificamente sobre Lampião, esses pesquisadores adotarão como norte a escrita factual e biográfico, mostrando as ações do líder cangaceiro e de seus “sequazes”, com o intuito de desqualificar e criminalizar a figura do cangaceiro. Fazendo um paralelo, há nos escritos atuais o movimento inverso, ao se narrar os fatos da vida e o cotidiano dos cangaceiros busca-se redimi-los dos seus feitos bestiais, usando como argumento e justificativa as intempéries climáticas do sertão, a ausência do Estado e as arbitrariedades dos coronéis e mandatários locais como responsáveis pelo florescimento do cangaço, e a obrigatoriedade da valentia para que os “homens” não fossem desonrados.

Entendemos que tal abordagem não leva em conta que o próprio Lampião acabou sendo um coronel, diferente do padrão estereotipado, mas um homem que tinha em mãos um poder absurdo e foi responsável pelo medo dos sertanejos desvalidos que não tinham dinheiro para contratar jagunços para se defenderem, tendo que se submeterem às arbitrariedades exigidas pelos cangaceiros. O medo acabava sendo a palavra de ordem naquele contexto.

A história factual e “objetiva” atrelada a ideia de “verdade absoluta” acabou sendo uma constante na abordagem da maior parte da produção historiográfica sobre o cangaço. O documento acaba sendo um “Monumento” que trás consigo a verdade dos fatos (LE GOFF, 1996). Tal característica era comum no fazer historiográfico do século XIX e ainda mantêm-se como guia na tradição da pesquisa dos estudiosos do cangaço. Muitos dos pesquisadores, principalmente aqueles que elaboraram os seus trabalhos tendo como fonte os relatos orais de ex-cangaceiros, ex-volantes ou remanescentes do período de atuação dos cangaceiros, envolveram esses depoimentos com a redoma da verdade, pois os depoentes, ao terem vivenciado os fatos, estariam acima de qualquer questionamento sobre a verdade daquilo que é narrado, a experiência daria autenticidade a fala e a narrativa.

Ao se descobrir um bilhete deixado por um cangaceiro ou mesmo um diário/caderneta deixado por um volante contanto a perseguição aos bandoleiros nas

caatingas, após atestarem a veracidade do documento muitos pesquisadores acabam transcrevendo esses documentos nos seus textos como verdades imutáveis, retroalimentando a tradição da Escola Histórica Metódica do século XIX. Não confrontam as informações, não buscam reconstruir o lugar social ou os “não ditos” (CERTEAU, 2008) responsáveis pela produção daquela documentação.

Uma das heranças da Escola dos Annales no século XX foi o alargamento da ideia de documentação e a necessidade de se interrogar e problematizar esses documentos para extrair dele as respostas aos questionamentos de pesquisa. Essa nova visão do fazer historiográfico problematiza a questão do entendimento de que só um documento contenha a verdade sobre os fatos históricos, por isso defende que esse documento seja encaixado dentro de uma série de outros documentos para que se possa compreendê-lo de uma forma mais geral.

Graças ao esforço de inúmeros pesquisadores há uma vasta documentação sobre o fenômeno do cangaço, sejam depoimentos dos homens e mulheres que viveram nessa época, sejam jornais, fotografias, filmes, vestuário etc. Mas há na grande maioria da produção historiográfica sobre a temática a tentativa de colocar o depoimento oral como o mais legítimo e autêntico, principalmente se for de remanescentes cangaceiros, volantes ou vítimas, dando-lhes o crivo de verdade e desqualificando qualquer outra documentação que coloque-se contrária. De certa maneira, isso é uma limitação a superação da fase inicial, fase meramente narrativa dos fatos, para uma fase mais analítica.

Nenhum pesquisador pode abrir mão do fator dúvida, não no aspecto negativo, mas no sentido de questionar aquilo que está diante de si, de inquirir o documento sobre aquela informação, de confrontar o explícito com outros documentos. Como nos lembra Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsvh (2009, p. 17): “O documento histórico é raramente ‘dócil’, ‘aberto’ ou ‘fácil’”. Ainda nessa linha de raciocínio para Carlo Ginzburg (1989), o método do historiador está muito próximo do trabalho exercido por um detetive ou médico, os quais devem recolher as migalhas ou os indícios, extraindo coisas que de certa maneira só aparecem de maneira indireta. Deve-se atentar, como nos lembra Certeau (2008), para os “não-ditos”, para assim não se cair nas armadilhas do próprio documento e entendê-lo como única verdade possível.

Devemos ter o cuidado de não manipularmos o documento para que ele se adeque aquilo que eu penso ou defendo, ou as minhas hipóteses de pesquisa, criando “a minha verdade” sobre um determinado fato histórico, prática observável em algumas

obras da historiografia do cangaço, que não deixam claro as fontes documentais e o tratamento metodológico.

Precisamos manter certo cuidado ao dialogarmos com as nossas fontes documentais e mesmo ao analisá-las, para não cometermos o erro de construir aquilo que nós queremos que seja verdade, e, especificamente com relação ao cangaço, impormos a posteridade como um dogma inquestionável. Atentemos que toda pesquisa é passiva de revisão e de redefinição, sendo as “verdades” momentâneas. O documento não é importante por si só, o grau de importância estará ligado aos condicionantes sociais que o produziu, aos questionamentos e problemáticas de pesquisa lançadas pelo historiador, sendo importante a análise que se faz dele.

Não se pode ser autômato na escrita historiográfica apenas lendo sobre o tema, escrevendo e ilustrando o trabalho com fontes documentais. As fontes não são ilustrações, quando postas para análises elas dão credibilidade ao fazer historiográfico. Também não se pode ir além dos documentos, pois eles limitam o fazer historiográfico e até mesmo a imaginação e vontades do pesquisador.

Todo documento, seja escrito ou oral, deve passar por um processo de reflexão, questionamento e análise, isso é um elemento fundamental. Ao nos referirmos anteriormente a supervalorização do depoimento oral na historiografia do cangaço, não estamos, em nenhum momento, desqualificando ou relegando a um segundo plano a importância dessa documentação. O que defendemos é a problematização de qualquer documento histórico, coisa que, na historiografia tradicional do cangaço, cujos enraizamentos até hoje tem chegado, se deixa a desejar.

Com respeito aos estudos do cangaço, as fontes orais foram praticamente às primeiras utilizadas para relatar os fatos vivenciados pelos cangaceiros, antecipando em décadas a discussão travada na academia sobre a metodologia da história oral, que só aconteceria nos anos 1960 e 1970 (FERREIRA, 2012, p. 172), pois no âmbito universitário os pesquisadores mostravam pouco interesse por esse metodologia de trabalho, considerando-a solúvel e não tão confiável.

Nesse aspecto a literatura produzida sobre o cangaço entre as décadas de 1920 a 1980 valorizou os relatos orais, os depoimentos de vida, e até mesmo os livros de memórias escritos por aqueles sujeitos que tinham vivenciado os fatos ocorridos. Talvez por a temática em questão ser um movimento popular, acontecido nos mais distantes rincões do sertão do Nordeste brasileiro, num espaço eminentemente dominado pelo analfabetismo, a disponibilidade de fontes escritas era escassa, no entanto, apresentava

um profícuo manancial de relatos orais e memórias. Sem essas fontes só restaria os Relatórios do Governo e as notícias dos jornais da época, o que acabava por deixar imensas lacunas no entendimento da realidade do cangaço.

Ao contrário do que ocorrerá no século XIX com os Positivistas, que impuseram o domínio absoluto dos documentos escritos rechaçando a memória (FERREIRA, 2012), desde o início dos estudos do cangaço se deu aos relatos orais e as memórias um grande patamar de importância, mas boa parte das vezes essa valorização exacerbada, talvez pelo encantamento e profundo envolvimento dos pesquisadores com a temática, acabava por nublar os seus trabalhos e a perspectiva analítica.

A ESCRITA SOBRE O CANGAÇO ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 A 1980

Devido ao espaço do presente trabalho sabemos ser impossível apresentar e analisar todas as obras referentes ao cangaço, mas metodologicamente escolheremos algumas deles, conforme os períodos discutidos, que sintetizam as principais características das fases em questão. Nessa perspectiva vamos dividir a produção sobre o cangaço em dois grandes períodos: 1920 ao final de 1950; e de 1960 a meados de 1980; não deixando de considerar que essa segunda fase que nós nomeamos de “Renascimento” dos estudos do cangaço, está para além de 1980, mas devido o aumento da produção após esse ano, é oportuno tratá-lo em outro trabalho.

Usamos essa divisão em fases de maneira meramente metodológica para situarmos as características mais latentes, o que não quer dizer que nos períodos subsequentes ainda não se encontre características e um tipo de escrita própria do anterior. É oportuno salientarmos que na década de 1910 e até mesmo no século XIX, nos deparamos com alguns escritos envolvendo a temática do cangaço, esses não serão abordados no presente trabalho, por fugir do nosso recorte e objeto.

No que tange ao nosso recorte, no primeiro momento que abrange de 1920 até o final de 1930, teremos a fase factual, narrativista e jornalística. Inicialmente alguns escritores ao falarem sobre o cangaço estavam preocupados em justificar as ações do governo por meio de suas forças volantes para perseguirem os cangaceiros, especificamente o bando de Lampião que ganhava mais terreno de atuação na década de 1920. É uma prestação de contas dos governantes e coronéis que eram acusados de protegerem e manterem bandos cangaceiros como mecanismo de garantia do poder da sua oligarquia e família.

Também se buscava mostrar todas as “atrocidades” e “bestialidades” que os cangaceiros cometiam, representando-os como “feras” que atentavam contra as famílias, o Estado e a paz social. “Bestas” que precisavam ser exterminadas. Todas as notícias factuais que ilustravam essas obras estavam envoltas com o véu da crueldade extrema, como uma espécie de justificativa para atos mais extremos do governo e das forças volantes para exterminar esses bandos cangaceiros.

Em 1926, na primeira biografia sobre Lampião, escrita por Érico de Almeida e encomendada pelo governador do Estado da Paraíba, João Suassuna, intitulada “Lampião, sua história”, o autor já deixa claro pretender organizar os dados sobre a vida do “Rei do Latrocínio” (ALMEIDA, 1926, p. 05), qualificando o cangaceiro como um “bandido” e o verdadeiro mal da região.

O escritor vai apresentando dados sobre a possível ação do governo em prol do extermínio do banditismo daquela região. Há aí uma pretensão de “verdade”, uma verdade política. Devemos analisar a obra mediante essa informação para entendermos os não-ditos, as subjetividades e interesses que costuram o livro, pois “[...] toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma ‘filosofia’ implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organiza-o à sua revelia, remete à ‘subjetividade’ do autor” (CERTEAU, 2008, p. 67).

Na mesma perspectiva de justificar a perseguição aos cangaceiros e a não aliança a estes, vamos encontrar as obras “Lampeão no Ceará”, do Major Moysés de Figueirêdo (1927) e “História do banditismo na família Santos Chicote”, de Joaquim Amaro (1928).

A visão do folclorista Leonardo Mota sobre Lampião sintetiza o padrão de representação da década de 1920, a de ser o cangaceiro um mal para região, uma “besta” e “fera” que precisava ser exterminada: “Virgulino Ferreira da Silva, o famigerado Lampião, que começou a delinquir como reles ladrão de chocalhos, tem a triste glória de ser o mais brutal dos cangaceiros que hão flagelado os sertões do norte do Brasil” (MOTA, 2002a, p. 29).

No referente ao cangaço, as obras da década de 1920 são poucas, tendo uma maior visibilidade a de Érico de Almeida, e em Estados mais pontuais, como no Ceará, as obras do Major Moysés de Figueirêdo e de Joaquim Amaro. As de Leonardo Mota, “Violeiros do Norte” (1925) e “Sertão Alegre” de 1928, trouxeram rápidos capítulos sobre o tema do cangaço, especificamente só o segundo fará uma referência direta a

Lampião. No entanto, teremos uma profusão de cordéis nesse período, que narravam os feitos dos cangaceiros e suas facetas nas invasões.

A década de 1930 manterá o mesmo estilo de escrita da anterior, mas encontramos um maior número de obras sobre a temática, pois o cangaço já ganhara nova conotação nacionalmente, haja vista que a Revolução de 1930 mexerá substancialmente com as oligarquias locais dos Estados e apresentou uma nova formatação de Estado para o Brasil.

Obras como “Almas de Lama e de Aço”, escrita em 1930 por Gustavo Barroso, trás uma perspectiva de humanização do cangaço, ou seja, a tentativa de entender os bandidos, especificamente Lampião, não como sujeitos de personalidade degenerada, mas fruto de um meio social que impelia esses sujeitos a seguirem a vida do banditismo. Nesse sentido também estará o livro “O outro Nordeste” de Djacir Menezes, escrito em 1937.

Com exceção da obra de Barroso e Menezes, todos os autores desse período representarão os cangaceiros como doenças a serem exterminadas, bestas descomuns, grandes flageladores do sertão nordestino. Por outro lado, algumas narrativas se propõem a fazer a denúncia da corrupção na política e na polícia que acabava por favorecer o florescimento e a manutenção do cangaço. Isso fica visível nas obras: “Os dramas dolorosos do Nordeste” (1930) e “Flagelo de Lampião: relação documentada de suas hediondas façanhas no Nordeste durante os primeiros 4 meses de 1931” (1931), de Pedro Vergne de Abreu; “Fatores do Cangaço” (1934), de Manuel Cândido; e “Lampeão” (1933), de Ranulpho Prata.

Esse último livro publicado em 1933, apresenta-se como a segunda biografia do “Rei do Cangaço”, sendo que o autor deixou claro nas suas primeiras páginas que o objetivo do seu escrito era denunciar as barbáries cometidas por Lampião nos sertões. É um filho da elite agrária local, radicado do sul do país, falando sobre as ações dos cangaceiros contra a população dos sertões. Nas palavras dele: “A mão que tracejou este livro é a de um filho dos sertões [...] somos assim, mero porta-voz da angústia de milhares de seres humildes, dos mais desgraçados do país, pés-rapados, párias, intocáveis, açoitados por mil flagelos” (PRATA, 1933, p. 21). É o clamor para que a “gente litorânea”, “civilizada”, olhe para os sertões, para aquele pedaço do Brasil no qual as benesses da civilização ainda não fincou raízes. Segundo ele o progresso precisava adentrar nos sertões e para isso o extermínio de Lampião e seu bando era algo necessário e urgente.

Após a morte de Lampião em 1938 e a rápida fragmentação dos bandos com entregas, prisões e fugas para outras regiões do país, chegou-se ao fim do cangaço em 1940. Nesse período inicia o que chamaríamos de memória maldita sobre esse movimento, sendo o cangaço tido como algo que deveria ser esquecido, ou pelo menos, quando lembrado, essa visão deveria ser representada de forma pejorativa.

Na década de 1940 houve uma diminuição substancial na produção sobre a temática. Praticamente as obras mais contundentes foram “Bandoleiros das Caatingas” de Melchades da Rocha (1940), e “Como dei cabo de Lampião” do Capitão João Bezerra (1940). Essa segunda obra sendo um importante livro de memória do homem que matou Lampião. Ela serviu de baliza para todos os livros que a partir da década de 1950 serão elaborados contando a versão dos volantes sobre as suas ações contra o cangaço de Lampião. A memória que vai se cristalizando era a do vencedor. É o fim de um período que condensa todo o discurso representacional dos cangaceiros como um grande estigma e mácula para a região e para a população pobre sertaneja.

Tanto na década de 1940 como 1950 houve uma produção significativa de cordéis que contribuíram para a construção de múltiplas representações sobre o cangaço, produções essas que podemos nomear de épico-romanesca, pois além de narrarem as “aventuras” dos cangaceiros, possibilitaram um processo de construção de uma imagem épica em torno do cangaceiro revestindo-o com características de valentia. Em âmbito nacional o cangaço também será apropriado pela literatura regional. Podemos citar os livros: “O baile das quatro artes” de Mário de Andrade (1943) e “Cangaceiros” de José Lins do Rego (1953). Essas obras são apenas exemplos, pois na produção literária regional desse período, sempre teremos a presença de um cangaceiro nas narrativas.

Em meados de 1960 a temática do cangaço renasceu, sendo que houve uma profusão de publicações. O sertão dos cangaceiros passou a ser tido como algo exótico, o faroeste no estilo brasileiro. Os filmes sobre a temática deram visibilidade ao cangaço, e, de certa maneira, a representação sobre a figura do cangaceiro e principalmente de Lampião, sendo estas resignificadas. As antigas feras, bestas que traziam infelicidade aos sertanejos, passaram a ser vistas como vítimas de um sistema, isso na visão marxista que ganhara corpo na obra “Cangaceiros e fanáticos” de Rui Facó (1963) e “As táticas de guerra dos cangaceiros” de Chistina Mata Machado (1969). As histórias dos cangaceiros vão alimentando o discurso sobre o “herói” e o “bandido”, tão comum na produção dessa época.

A academia também se voltou para a temática. Além da produção de Facó, tivemos em 1968 a tese defendida na França, “Os cangaceiros”, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que apresentou o cangaço numa perspectiva sociológica, classificando os tipos de cangaceiros e a realidade social que o produziu. Categorizado teremos: o cangaceiro dependente, independente e o de calamidade. Os primeiros os que estavam vinculados a um senhor de terras, sendo os seus jagunços, o segundo, aqueles que eram itinerantes e que faziam parcerias com os coronéis locais quando isso era conveniente para ambas às partes; e, por fim, os de calamidade, aqueles homens e mulheres que entravam no cangaço quando a fome e a seca assolavam o sertão, apresentando-se o banditismo como a única solução para sobreviverem.

Em 1976, o historiador inglês Eric Hobsbawm publicou o livro “Bandidos”, no qual apresentou o cangaço como um movimento social pré-político, atribuindo a alguns cangaceiros as características de bandidos sociais, ou seja, aqueles que devido as circunstâncias tiravam dos ricos para distribuir com os pobres.

Ainda no âmbito acadêmico, em 1980 tivemos o livro “Lampião, o Rei dos Cangaceiros”, do historiador norte-americano Billy Jaynes Chandler, que pesquisou nos anos de 1973 a 1975, para a construção da sua dissertação de mestrado.

Nesses modelos analíticos se construíram as abordagens após a década de 1980. Ora os cangaceiros são heróis, vítimas de um sistema corrupto que marginalizava os pobres sertanejos, ora os cangaceiros são bandidos sanguinários. Assim, até 1960 tivemos os momentos: factual/narrativista dos feitos dos cangaceiros, e o memorialístico, sendo o cangaço algo de um tempo remoto. Após 1960, de um lado tivemos o modelo representacional acadêmico sobre esse movimento; do outro o cangaço seria a epopeia do sertão nordestino, o sinônimo de um tempo de coragem, audácia, valentia e masculinidade. Nessa época renasce com mais força a ideia de verdade sobre esse movimento. Os escritores se posicionam como juízes para instituírem um lugar para o cangaceirismo nordestino.

Nas décadas de 1960 e 1970 tivemos a fase da “pesquisa oral”. Os remanescentes do cangaço foram exaustivamente questionados sobre esse movimento e seus depoimentos compuseram a produção historiográfica sobre o cangaço. Os autores passaram a disputar com mais ênfase a ideia de verdade histórica sobre o cangaço, revestindo os seus documentos orais com o caráter de inquestionáveis e verídicos por terem os depoentes vivenciado os fatos narrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fase da narrativa factual e biográfica acompanhou praticamente a maior parte da produção escrita sobre o cangaço desde a década de 1920, formando um verdadeiro modelo, digamos que cânone, para aqueles que escreveram sobre a temática. Não estamos dizendo com isso que essa produção não tenha grande importância, muito pelo contrário, pois ela foi responsável por levantar a documentação e relatos orais sobre a temática, sendo até hoje relevante para as pesquisas cujo foco seja o cangaço.

Por vezes o cânone factual acabou por preocupar-se com os detalhes do fato do que com a relevância e conjectura social produtora daquele fato. Por exemplo, debates que se voltam para a cor da bala que matou Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros na Grota do Angico em 1938 perpassa o interesse de um grande número de pesquisadores, que investem seus esforços para descobrir tal peculiaridade. Esse detalhe é apenas um fragmento dentro de uma perspectiva muito maior que é o cangaço. Mais importante do que descobrir a cor ou o tipo de bala que matou os cangaceiros, é buscarmos entender a teia de relações e fornecimento de munição para os cangaceiros, a corrupção que perpassava essas práticas, as pessoas beneficiadas e por que se beneficiavam, quais interesses estavam por trás de tais atitudes.

Mais importante do que a discussão em torno do fato dos cachorros não terem latido na Grota do Angico na madrugada de 28 de julho de 1938, é a discussão sobre o que representou para o sertão nordestino a morte de Lampião, quais os rumos tomados pelo cangaço após esse episódio, como essa morte foi recepcionada pela comunidade regional.

Boa parte da história oficial é criada a partir da ótica dos vencedores, os quais tentam desqualificar ou minimizar a importância dos vencidos, criando representações pejorativas sobre esses. Em torno da história do cangaço esse processo se deu ao contrário, a história desse movimento é contada pela ótica dos vencidos, talvez seja uma das poucas experiências de tal natureza na história do Brasil. Criando dicotomias entre “mocinho” ou “vilão”, “herói” ou “bandidos”, os pesquisadores acabam exaltando a figura dos cangaceiros.

Fora as obras de Barroso e Menezes, somente na década de 1960 e 1970 encontraremos uma perspectiva mais analítica sobre esse movimento, quando o cangaço passou a ser objeto de interesse da academia no momento em que a questão agrária era

colocada em pauta no país por meio de movimentos ligados a terra, como, por exemplo, as Ligas Camponesas.

Trabalhos como os de Rui Facó e de Maria Isaura Pereira de Queiroz são importantes por romperem a perspectiva biográfica ou memorialística do cangaço, inserindo a temática dentro de uma perspectiva sociológica, buscando entender os enraizamentos desse movimento dentro da realidade social sertaneja. No entanto, contraditoriamente, esse período construiu um modelo analítico dentro da academia sobre o cangaço que acaba influenciando e sendo retroalimentado até os dias atuais. Modelo este que apresenta esse movimento como o produto de uma sociedade na qual o Estado oficial ausentava-se ou que travava uma íntima relação com os potentados locais, tornando o sertão uma área dominada pelo coronelismo, onde o sertanejo era vitimado pela seca, fome, falta de perspectiva de ascensão social, trabalho servil ou semi-servil, e a falta de uma justiça ou burocracia jurídica estatal que desse garantias aos menos abastados. Como dito, na perspectiva de Facó o cangaceirismo apresentava-se como um meio de resistência a uma realidade de desigualdade, estando tal abordagem perpassada pela perspectiva marxista da época.

Assim, de um lado encontraremos na produção bibliográfica dos escritores e pesquisadores diletantes uma abordagem mais factual sobre as ações dos cangaceiros, do outro, a partir da década de 1960, encontramos na academia a formatação desse modelo analítico sobre o cangaço que apresentava o cangaceiro como a vítima do sistema político, econômico e social do Brasil da primeira metade do século XX, sendo que esse modelo acaba retroalimentando e sendo reafirmado como único válido para o entendimento do movimento do cangaço dentro da academia. É como se toda a discussão se esgotasse nessa única corrente analítica.

Não entramos no mérito se é válida ou não essa perspectiva, pois acreditamos que ela é um caminho possível para a compreensão do cangaço, como também ela é fruto de uma década na qual essa perspectiva apresentava-se como o modelo hegemônico dentro das universidades.

Hoje o desafio está na mudança de fase, ou seja, passar da fase narrativista factual e ir para a fase analítica, de recortes, de especificidades, analisando conjecturas, confrontando dados e documentos, fatiando o cangaço, indo para além da perspectiva biográfica, fazendo um questionamento minucioso da documentação até o presente coletada, uma catalogação das obras já escritas, para se possibilitar uma reviravolta nos estudos do cangaço, indo do magro ao micro. Uma história do cotidiano, do imaginário,

dos amores, dos odores, da estética, dos medos. Não com a busca de instituir uma verdade absoluta sobre esse movimento, mas tentando entendê-lo a partir das suas minúcias, dos “não ditos”, das subjetividades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Pedro Vergne. **Os dramas dolorosos do Nordeste: a luz crua da verdade**. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1930.

ALMEIDA, Érico de. **Lampeão: sua história**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

BARROSO, Gustavo. **Almas de Lama e de Aço**. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

BEZERRA, Capitão João. **Como dei Cabo de Lampião**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1940.

CÂNDIDO, Manoel. **Factores do cangaço: de 1910 a 1930**. Pernambuco: s/ed., 1934.

CHANDLER, Billy. Jaynes. **Lampião, O Rei dos Cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FACÓ, Rui. **Cangaceiro e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FIGUEIRÊDO, Major Moysés de. **Lampeão no Ceará: a verdade em torno dos factos**. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1927.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HOBSBAWN, Eric J. **Bandidos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: A Memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 09-27.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MACHADO, Christina Matta. **As Táticas de guerra dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1995.

MOTA, Leonardo. **Sertão Alegre**. 3. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2002a.
_____. **Violeiros do Norte**. 7. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2002b.

PRATA, Ranulfo. **Lampião**: documentário. São Paulo: Editôra Piratininga Ltda., 1933.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os Cangaceiros**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

REGO, José Lins do. **Cangaceiros**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1953.

ROCHA, Melchiades da. **Bandoleiros das Caatingas**. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, s/d. Prefácio datado de 1940.